



“Rio Branco, cidade menina...”

Silvio Bez Birolo *

Do ponto de vista numérico, o contingente populacional do Acre poderia ser considerado inexpressivo, se comparado com o de alguns outros Estados. Sua capital - Rio Branco - também não conta com uma população comparável à da maioria das capitais brasileiras. O que desperta atenção e se afigura problemático são as proporções em que se deu o crescimento populacional, particularmente desde o início dos anos 70.

De fato, nesse período ocorreu um acelerado deslocamento de população no Estado da zona rural para os centros urbanos, principalmente rumo à capital.

Levando em consideração apenas os dados do Censo Demográfico do IBGE referentes à década passada, verificamos que a população do Estado estava assim distribuída: 1970 - 59.307 habitantes na área urbana e 155.992 na área rural; 1980 - 132.169 habitantes na área urbana e 169.431 na área rural. Portanto, a taxa de variação da população urbana, em dez anos, foi de 123%, enquanto que a da população rural ficou em torno de 8%. Atualmente, a população das cidades supera em muito a do interior.

Em 1978 o CEDEPLAR/UFMG, (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), efetuou pesquisa domiciliar pela qual ficou constatado que apenas 13,3% dos chefes de família são naturais da cidade de Rio Branco. Essa mesma amostra revelou que 45,5% dos chefes de família migrantes tinham chegado na capital nos últimos dez anos (1).

Não podemos desconsiderar o fato de que, nesse período recente, o aumento populacional de Rio Branco teve a contribuição de migrantes vindos diretamente de outros Estados da Federação; mas também não temos dúvida de que o processo migratório mais significativo ocorreu dentro do próprio Estado do Acre no sentido rural-urbano. E sendo assim, julgamos interessante situar algumas causas deste fenômeno.

**"EU VENHO DE LONGE,
EU SOU DO SERTÃO,
SOU PEDRO, SOU PAULO,
MARIA E JOÃO..."**

A ocupação econômica do Acre ocorreu nos últimos 110 anos, predominantemente por migrantes de origem nordestina. Uma população que, vindo em levadas, em função dos problemas de sobrevivência nos locais de origem e perspectivas promissoras no extrativismo da borracha, teve que continuar sendo uma população migrante nos seringais, até chegar na cidade. É ilustrativo o depoimento do Sr. João N. de Souza, tão semelhante a tantíssimos outros:

"Nasci no seringal Lua Nova. Meu pai morreu e com nove anos eu peguei a cortar seringa para

sustentar minhas irmãs e minha mãe. Lá cortei seringa muitos anos. Depois viemos embora para Pirapora e trabalhei no seringal dois anos. De lá vim para o Paquetá; fui seringueiro quatro anos, três anos fui mateiro, quatro anos fui fiscal de seringa, e mais três anos cortei seringa. Do Paquetá vim para o seringal Humaitá; comecei a cortar seringa e depois o patrão me tirou para ser fiscal; de fiscal trabalhei cinco anos. Depois fui pro seringal Bom Destino; fui fiscal durante três anos e como mateiro. De lá vim para a cidade porque não estava dando mais, as convívências não tavam mais boas e vim-me embora. Tá com quinze anos que tô pra cá. Aqui trabalho de volante, praqui e pracolá. Só ganho do meu trabalho" (fevereiro/88).

Tradicionalmente, o Acre foi um Estado de economia baseada no setor primário, principalmente com o extrativismo da borracha e da castanha e, em pequena escala, na agricultura e pecuária. O último grande impulso na economia extrativista da borracha na região foi durante a última Grande Guerra (2). Depois, progressivamente, a empresa seringalista entrou em decadência, cessando, em muitos seringais, os atrativos e condições oferecidos nos períodos áureos da borracha. Mesmo assim, grande parte dos seringueiros permaneceu em suas colocações, ocupando-se na extração do látex.

Na década de 70, porém, foi desferido um duro golpe, configurando uma transformação bastante radical na base econômica do Estado; seja em decorrência da nova política de ocupação do espaço amazônico, seja pela penetração maciça, no Acre, de capital acumulado no Centro-Sul e aplicado na compra de terras.

Renato N. da Silva expõe sucintamente as mudanças ocorridas no período, e algumas de suas consequências imediatas, quando escreve:

"... foi o Estado do Acre surpreendido por um intenso processo de transformações sócio-econômicas, cristalizadas no declínio e deslocamento do extrativismo, em prol de uma nova frente de penetração apoiada na pecuária extensiva. Esta nova estratégia de ocupação econômica das terras acreanas tem trazido como implicação maior a reversão da base produtiva cujo ponto mais alto é a concentração da propriedade da terra, tendo como consequência direta e imediata uma drástica redução no nível de emprego no meio rural, intensificando a formação de correntes migratórias campo-cidade, que se dirigem principalmente para a capital do Estado" (3).

Se é correto afirmar que a nova

frente de penetração do grande capital se fez através da pecuária, deve-se também atentar para o fato de que a aquisição dos seringais - mais intensa entre 1972 e 76 - foi, acima de tudo, uma operação de caráter especulativo. Para o caso do Acre, observa Adalberto Ferreira da Silva, mais que a propaganda e facilidades governamentais, foram decisivos outros dois fatores: o preço irrisório da terra e a especulação fundiária.

"Esta foi a mola propulsora do interesse da maioria dos compradores do Centro-Sul pelas terras do Acre, onde a tônica era adquirir tudo o que fosse possível e garantir a posse à espera de 'valorização fundiária' e, posteriormente, revendê-la com ganhos extraordinários. A terra transformou-se em reserva de valor, uma mercadoria capaz de proporcionar grandes lucros. Desencadeou-se uma corrida desenfreada e sem limites, escudada na política governamental de privilégios ao grande capital" (4).

Não cabe aqui nos determos na análise deste processo. O que queremos observar é que, mesmo não sendo as terras ocupadas efetiva e produtivamente pelos novos proprietários, eles as queriam livres e desimpedidas, pois isso representava um acréscimo no seu valor comercial. Daí uma série de graves conflitos pela posse da terra.

Dadas as dimensões e o ritmo em que o problema evoluiu, marcadamente na microrregião do Alto Purus, a Igreja sentiu-se desafiada a tomar posição; e o fez colocando-se claramente ao lado dos expropriados ou esbulhados em seus direitos.

Em meados da década de 70, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) criou uma delegacia no Acre. Foram progressivamente criados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que, ao menos nesse período, tiveram um papel importante em termos de organização e resistência dos trabalhadores (5).

Isolados nas matas, sem conhecimento ou clareza sobre possível amparo legal de direitos, ou sem meios para exercê-los, os seringueiros e posseiros viram-se pegos de surpresa. Frente à imponente dos "doutores" e suas alegações jurídicas, declarando-se os novos donos das terras, de início os posseiros davam-se simplesmente por vencidos e

partiam. Mas como tudo tem limites, as expulsões passaram a ter como contrapartida a resistência dos trabalhadores, especialmente em algumas regiões. Houve muitos embates, alguns memoráveis, verdadeiras façanhas da classe trabalhadora rural.

Houve disputas, negociações, acordos. Houve jagunços, ameaças, intervenção de policiais corruptos, emboscadas, casas queimadas, varadouros entupidos, trabalhadores intimidados, presos espancados, gado e capim invadindo pequenos roçados, derrubadas avançando, queimadas cercando moradias, indenizações irrisórias, bagulhos nas costas, pés na estrada... Advogado de trabalhadores, líderes sindicais e bispos jurados de morte; processos judiciais, não faltando a Lei de Segurança Nacional; um presidente de Sindicato dos Trabalhadores assassinado. Mortes de parte a parte. São estes alguns ingredientes do bolo amargo na mesa da história recente do Acre.

Não obstante os movimentos de organização e resistência de seringueiros, posseiros ou pequenos proprietários, acabaram predominando a lógica e a força do grande capital. Ou por ameaças diretas, ou por meios suasórios, ou ainda por falta de condições de sobrevivência, boa parcela da população rural do Estado deixou o campo e foi para as cidades. Agora podem-se ver imensas áreas despovoadas no interior e, principalmente em Rio Branco, numerosos bairros periféricos que bem merecem o nacional nome de favelas.

**"SAÍ DO CAMPO
MOLHADO DE SUOR POIS
EMBORA SE PLANTANDO
CADA VEZ TAVA PIOR"**

Quando falamos em falta de condições para permanecer no meio rural, devemos lembrar que embora as expulsões diretas, acompanhadas de atos violentos ou não, sejam relevantes para explicar o êxodo rural acentuado, há diversos outros fatores que, no passado e ainda atualmente,

desmotivam a luta para permanecer nas terras e nas atividades rurais.

Daí que, à semelhança dos seringais, também as pequenas propriedades próximas à capital foram sendo vendidas a grandes e médios empresários, viabilizando a reconcentração das terras. Não dispondo das condições mínimas, quer de infra-estrutura, quer de incentivos à produção, o pequeno produtor rural sente-se impossibilitado de progredir na atividade agrícola. Só assim, nos parece, pode-se entender um fato mais recente: o êxodo rural de muitos parceiros que receberam lotes nos Projetos de Assentamento Dirigido, implantados no Acre pelo ex-INCR.

Em seminário sobre "O Desenvolvimento da Amazônia e a Questão Ambiental", realizado em fevereiro/88, em Rio Branco, a pesquisadora Susanna Hecht afirmou, referindo-se também ao Acre:

"A colonização agrícola, chamada ocupação social da terra, na forma em que vem sendo implantada, mostra altos índices de desistência, marginalização das populações e alimenta também os fluxos migratórios para as áreas urbanas e de fronteiras. Dados levantados recentemente pela pesquisa de Schwartzman indicam que mais da metade dos migrantes dos bairros periféricos de Rio Branco desistiu da agricultura".

Na mesma ocasião, a referida professora disse terem chegado à constatação de que "69% dos migrantes saíram da zona rural por causa do fracasso agrícola e problemas nos Projetos de Assentamento".

Percebemos, assim, que na década de 70 a migração para Rio Branco era constituída quase que exclusivamente de seringueiros, posseiros ou colonos que há muito tempo viviam no interior. Mais recentemente, tornou-se significativa a parcela de pessoas vindas de outros Estados à procura de terra e que, mesmo tendo iniciado atividade agrícola no Acre, acabaram rebatidas para a cidade.

Dentre os numerosos bairros periféricos que surgiram na Capital podem-se mesmo identificar alguns - como Triângulo Novo e Taquari - cuja população veio predominantemente dos Projetos de Assentamento Dirigido, sendo, geralmente, pessoas originárias de outros Estados da Federação (6).

**"LÁ NO BAIRRO
ONDE EU MORO,
NÃO TEM ÁGUA ENCANADA..."**

Às milhares de famílias migrantes que chegaram a Rio Branco nos últimos 15-20 anos, contribuíram consideravelmente para alargar de ano a ano a zona propriamente urbana e, conseqüentemente, tiveram que se alojar em qualquer canto, mesmo sem as condições de infra-estrutura.

Quanto à moradia, foram construídos na Capital vários conjuntos habitacionais, destinados principalmente à classe média, e alguns para a população de baixa renda. Todavia, boa parte dos migrantes não possuía nem emprego nem renda.

Por outro lado, inclusive sob a pressão da própria migração, foi ocorrendo a valorização dos terrenos urbanos, a especulação imobiliária e um crescente encarecimento no custo da moradia. Antigos moradores da cidade viram-se obrigados a deslocarem-se para a periferia. Numerosos bairros foram surgindo através das ocupações de terrenos baldios, crescendo como cogumelos, desordenadamente, muitos deles em locais baixos e impróprios para morar, às margens ou mesmo nos barrancos do rio.

Em termos de ocupação, a maior parte dos que possuem emprego trabalha na área do funcionalismo (setor de serviços); um segundo setor que propicia oferta de empregos é o comércio, seguido da construção civil e pequenas e médias indústrias. Trata-se aqui, porém, dos setores formais da economia, dos quais a grande parte da população encontra-se à margem. É impressionante verificar em Rio Branco o número de vendedores ambulantes, biscateiros, diaristas, lavadeiras e a proliferação de pequenas tabernas em todos os cantos da cidade, barraquinhas de cigarros e miudezas, carrinhos de picolé e refresco, etc. Em suma, é o desemprego remediado pelo subemprego e pelo subcomércio.

No âmbito da pesquisa realizada em 1987, pelas Paróquias da Diocese de Rio Branco, na área geográfica

da Igreja Matriz foi feita uma enquete a partir de alguns bairros - Terminal da Cadeia Velha, Papoco e Volta Seca - a qual permitiu apresentar, a **grosso modo**, a seguinte conclusão: "constatamos que, em média, 50% das pessoas são desempregadas; 30% são subempregadas e apenas 20% trabalham com carteira assinada".

Afora as condições relativas à moradia e emprego, considere-se que a situação, especialmente nos bairros mais recentes, é precária sob quase todos os aspectos: saneamento básico, arruamento, serviços de saúde, transporte, educação, lazer, etc.

O pesquisador Luiz Antônio P. de Oliveira oferece-nos este retrato:

"A percepção do processo de crescimento urbano em Rio Branco desnuda claramente a instabilidade das condições de vida da população migrante (...) nos bairros periféricos da cidade. Expulsa do campo, vê-se submetida a pressões constantes na cidade, desde a falta de emprego até a insegurança da moradia, premida pela falta de assistência e desamparo legal, que frequentemente desconhece. Quando ocupa áreas urbanas periféricas, corre o risco de ser novamente expulsa, numa repetição à semelhança do processo que já ocorrerá no campo, somente que agora para benefício de especuladores urbanos. Quando consegue com recursos economizados montar sua casa, pode perder todas as benfeitorias com a expulsão. Por outro lado, não é levada em consideração pelas oligarquias dominantes na cidade, visto apresentar-se como força de trabalho expropriada, sem maiores habilitações para as atividades urbanas. Lançada ao desemprego ou ao emprego ocasional, arrasta consigo a família no rumo das incertezas, misérias e desagregação social. Historicamente fonte de riqueza e poder para centenas de proprietários e grandes

comerciantes, vê-se, nesse contexto, jogada à própria sorte, desprovida de qualquer condição de subsistência que não aquela proporcionada por sua capacidade de trabalho e, mais que isso, desnecessária ou excedente em relação à dinâmica e ao nível das atividades econômicas urbanas" (7).

Quanto às perspectivas para o futuro, no que se refere à migração, tudo indica que o Acre deverá sofrer uma intensificação do processo migratório, a menos que intervenham fatos inibidores dessa tendência. Rondônia tem suas cidades e áreas de colonização superpovoadas e a existência de uma corrente migratória para o Acre é uma realidade.

Uma disparada abrupta da migração, que pode ser viabilizada pelo asfaltamento da BR-364 (trecho Porto Velho-Rio Branco), repercutirá em problemas sociais na forma de uma espiral sempre mais ampliada, tanto na zona rural como nas cidades acreanas, onde não se prevêem saltos em termos de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos.

Em Rio Branco, muitos migrantes saídos do interior sentem saudades da vida de antes e, se pudessem, a ela voltariam. Diante das precárias condições de vida em que se encontram na cidade, muitos ex-seringueiros tentaram retornar ao campo, apelando até mesmo para a ocupação de terras, ou pleiteando lotes nos Projetos de Assentamento Dirigido. Tantos outros, porém, contentam-se com o presente ao recordarem um passado ainda mais difícil.

Para uns e outros, migrantes pobres, o lema fundamental parece ser:

"contente-se com pouco", como sugere o depoimento do ex-seringueiro Francisco L. de Souza, há um ano e meio morando no bairro Santa Quitéria:

"Eu nasci na beira do Rio Tarauacá e morei em vários outros seringais. Mas já não dava mais. Tudo era muito caro e nós fomos obrigados a sair de lá pra não morrer de fome. A exploração dos patrões era demais. Agora, aqui em Rio Branco, estou bem melhor do que no seringal. Minhas condições de vida é trabalhar para cumprir o meu dever e nem casa tenho ainda; só tem projeto (...) trabalho de vigia e estou ganhando muito mais. Meus filhos comem todos os dias e eu também". (Fevereiro/88).

**"VAI UM CAMINHEIRO...
NA RUA PERDIDO...
FOI ESPOLIADO
DA MATA QUERIDA..."**

As cidades são a síntese e espelho dos avanços e contradições da sociedade. Rio Branco não foge à regra: convivem o computador e os que não têm com o que contar.

Do ponto de vista político, a miséria é sempre boa aliada dos que se beneficiam com o clientelismo e a troca de favores, abusando da lealdade popular. Por outro lado, há também uma história de lutas e resistência dos trabalhadores, no campo e na cidade.

No Acre, ainda, a natureza é pródiga e há muitos valores na tradição cultural da população local. Um povo de raízes amazônico-nordestinas, com deficiências sim, mas prenhe de conhecimentos e em sintonia com o meio ambiente. Um povo que veio principalmente do Ceará, tangido pelas secas, pela falta de terra, ou para servir à Pátria, como foi o caso de milhares de "soldados da borracha". Migrantes guiados pelo sonho de vir e voltar, não mais pobres, à terra natal. E que voltam, quando podem, agora peregrinos, para visitar ao menos o Santuário de São Francisco do Canindé ou Juazeiro do Padre Cícero Romão Batista, lá no fundo (quem sabe!), acreditando na profecia de que "o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão".

** (Professor de Filosofia na UF do Acre. Por várias vezes foi coordenador da CPT Regional).*

NOTAS

* O título e os subtítulos foram extraídos de letras de músicas; por ordem, os autores:

- Da Costa (Acre), "Acre Querido"
- Frei Mingas (São Paulo), "Lamento Nativo"
- Keyla Diniz (Acre), "Sou Brasileiro"
- João Gonçalves e Itapuã (São Paulo), "Meu Poço já Secou"
- Pe. Leôncio Asfury (Acre) "O Cristo dos Seringais"

(1) Apud Luiz Antônio P. de Oliveira. **O Sertanejo, o brabo e o posseiro**, os cem anos de andanças da população acreana. Rio Branco, Governo do Estado do Acre, 1985, p.38.

(2) Sobre "os soldados da borracha" a melhor indicação é a tese de doutorado em História, defendida na USP por Pedro Martinello (UFAC), 1985; **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazônico**. (mimeo).

(3) **Migrações internas no Estado do Acre**; Rio Branco, um caso de urbanização precoce.

Belém, Dissertação de Mestrado (UF-PA/NAEA), 1981, p. 3-4. (mimeo).

(4) Adalberto F. da Silva. **Ocupação recente das terras do Acre**, transferência de capitais e disputa pela terra. Rio Branco, Governo do Estado do Acre (1982), p. 45. A concentração da terra, no Acre, tende a ser absoluta. "O índice de concentração da Gini cresceu de 0,93 em 1972, para 0,96 em 1978". Cf. p. 34, nota 29.

(5) O livro **Conflitos pela Terra no Acre**, do prof. Élio Duarte Garcia, publicado pela Casa da Amazônia (Rio Branco, 1987) oferece uma visão abrangente da história do Acre, particularmente do período mais recente, com destaque para os conflitos e resistência dos seringueiros no município de Xapuri.

(6) Constatação da pesquisa por amostragem e observação direta realizada pelas paróquias da Diocese de Rio Branco (1987). No caso, Paróquia da Imaculada Conceição (mimeo).

(7) **O Sertanejo...**, p. 39-40.